

# Comissão Central de Pós-Graduação

## CCPG



# Ata

## 399ª Reunião Ordinária

05/10/2022

Sala do CONSU

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA NONAGÉSIMA NONA (399ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL**  
2 **DE PÓS-GRADUAÇÃO.** Aos cinco dias de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove  
3 horas, na Sala do Conselho Universitário (CONSU), reuniu-se a Comissão Central de Pós-  
4 Graduação (CCPG), sob a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o  
5 comparecimento dos seguintes Membros: Ariovaldo José da Silva (FEAGRI), Aurelio Ribeiro Leite  
6 de Oliveira (IMECC), Bárbara Geraldo de Castro (IFCH), Cláudia Vianna Maurer Morelli (FCM),  
7 Enelton Fagnani (FT), Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE), João Batista Fogagnolo (FEM), Luiz  
8 Fernando Bittencourt (IC), Marcelo Lancelotti (FCF), Marcos Julio Rider Flores (FEEC), Maria  
9 Helena de Melo Lima (FENF), Marko Synésio Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso Simões (FCA),  
10 Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Pedro Maciel Guimarães Junior (IA), Renato Barroso da Silva  
11 (FEF), Rosângela Ballini (IE) e Tiago Zenker Gireli (FECFAU). Estiveram presentes Prof. Marcos  
12 Aurélio Barbai substituindo a Profa. Orna Messer Levin (CPG/IEL). Profa. Débora Alves Nunes  
13 Leite substituindo o Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (CPG/FOP), Prof. Sergio Bertelli  
14 Pflanzer Junior substituindo a Profa. Liliana de Oliveira Rocha (CPG/FEA) e Profa. Simone  
15 Aparecida Vieira substituindo o Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (CPG/IB). Justificaram  
16 ausência Profa. Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora PRPG), Prof. Elias Basile Tambourgi  
17 (Assessor PRPG), Sra. Isabela Martins Bonafé (Representante Discente FCM), Sra. Iaci da Costa  
18 Jara (Representante Discente IFCH) e Prof. Nelson Henrique Morgon (CPG/IQ). Estiveram  
19 presentes Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (Coordenador DAC), Sra. Cristina Ferreira de Souza  
20 (AT da PRPG), Sra. Silvana Milanin Mendes, Sra. Marli Padovan de Souza (Coordenadora de  
21 Serviços) e Sra. Juliana Cristina Barandão (AT da CCPG). Havendo número legal, a **Sra.**  
22 **Presidente** cumprimentou os presentes e iniciou a reunião informando as substituições e  
23 justificativas de ausência. Disse que, em primeiro lugar, queria dar as boas-vindas à Profa.  
24 Susana Soares Branco Durão, Professora do IFCH e Coordenadora da Secretaria de Vivência da  
25 Unicamp, que solicitou à CCPG fazer uma exposição da política de vivência da Universidade.  
26 Informou que a apresentação seria no expediente, mas estava invertendo aquele item, e depois  
27 seguiria com os itens da Pauta. Agradeceu e passou a palavra para a Profa. Susana. A **Profa.**  
28 **Susana Soares Branco Durão** cumprimentou os presentes e agradeceu à sessão, à Profa.  
29 Rachel e todas e todos os presentes. Disse que tinham participado em várias reuniões ordinárias  
30 de órgãos diretivos e da Reitoria, para ficar mais transparente a política que vinham  
31 implementando na Secretaria de Vivência nos Campi (SVC). Explicou que a ideia da criação da  
32 secretaria era precisamente ter uma noção de governança da segurança universitária na Unicamp  
33 e promover uma segurança desarmada. Embora o nome fosse Secretaria de Vivência, era preciso  
34 ficar claro que a sua principal função é a de agregar o serviço de segurança universitária e dar-lhe

1 uma outra característica, de acordo com os princípios de direitos humanos e com o novo  
2 paradigma de gestão universitária. Destacou que, infelizmente, até por recursos materiais, a  
3 Secretaria de Vivência não tinha as condições de fazer um plano de vivência para a universidade,  
4 absolutamente espetacular, como ela talvez gostasse, e nem tinham sequer as condições de  
5 efetivo. Explicou que a razão histórica da criação da secretaria foi que o serviço de vigilância  
6 deixou de ser um serviço de manutenção geral dado à prefeitura e passou a ser criado uma  
7 secretaria de gestão direta e de criação de um plano mais elaborado para a universidade. Disse  
8 que a ideia de governança era a noção de segurança universitária, que antes era apenas um  
9 serviço geral. A segurança patrimonial no campus tinha atuação de 24 horas e era, sobretudo,  
10 uma canalização e orientação de problemas, ela não tinha poder de polícia, e aquilo também era  
11 preciso ficar bem claro porque muitas pessoas diziam que era a polícia do campus. Disse que, de  
12 todo modo, houve um trabalho de aproximação às autoridades institucionais e às polícias públicas  
13 e, sobretudo, através do CONSEG de Barão Geraldo que era o órgão que legitimamente fazia  
14 toda aquela colaboração entre as várias polícias envolvidas na região. Naquele âmbito, foi  
15 delimitado, de um modo mais claro, que a polícia não fazia patrulha no *campus* dos *campi*, mas,  
16 que ela acudia a qualquer situação grave, de risco e de crime. E pediu que os presentes  
17 esclarecessem em relação aos alunos e professores, que quando viam polícia no *campus* era  
18 porque poderia ter havido algum problema grave, e, existiam de fato, por exemplo, furtos. A  
19 universidade fazia parte da sociedade, então, não era propriamente uma interdição em que  
20 houvesse uma proteção geral, não existia aquilo na Unicamp e infelizmente na Universidade  
21 acontecia furtos de várias naturezas e acompanhamento de presos etc. Disse que a prioridade era  
22 a proteção das pessoas e mediação de conflitos. Por exemplo, para quaisquer situações que  
23 implicassem tentativas de suicídios, de estupros etc., eles eram os primeiros a fazer aquele  
24 acompanhamento e tinham o sistema de ocorrências organizado, portanto, ali estava uma série de  
25 informações para até mesmo os órgãos policiais, quando era necessário. E faziam a segurança  
26 institucional na Reitoria e o apoio na área da Saúde, que era uma área que merecia uma atenção  
27 especial, embora tivesse a sua própria superintendência, a gestão dos contratos era feita pela  
28 SVC. A ideia era de que não fosse somente segurança preventiva, mas uma segurança  
29 participativa e colaborativa. Disse que quando foi convidada a ir para a secretaria, tentou não  
30 deixar de fora os operacionais e trabalhar com todos os saberes de uma forma integrada.  
31 Portanto, o saber acadêmico era mais um e aquilo os permitiria criar uma noção de trabalho  
32 conjunto que considerava bastante interessante na base da confiança e da partilha de  
33 informações. Tinham vários grupos e na prática, era uma coisa interessante, que estariam sempre  
34 muito conectados. Seria um modelo misto de integração porque trabalhavam com uma parte dos

1 agentes orgânicos que eram contratados pela Unicamp, e uma outra parte que eram  
2 trabalhadores terceirizados, com cerca de seiscentas pessoas que poderiam ser porteiros,  
3 vigilantes e monitoramento eletrônico. Era um grande manancial de pessoas, problemas, serviços,  
4 como poderiam imaginar, e tentavam fazer aquela integração entre o serviço da Unicamp e o  
5 serviço terceirizado. Comentou que eram culturas organizacionais que entendiam ser totalmente  
6 distintas e a tentativa foi precisamente de se fazerem uma série de reuniões para tentar entender  
7 que não havia ruptura e que era um mesmo serviço. Era bem difícil, mas estavam no caminho.  
8 Atenderiam e serviriam à comunidade com aquela questão, o sistema das ocorrências era  
9 importante, o atendimento *in loco*, e a supervisão especializada em análise de riscos patrimoniais  
10 e planos de segurança. Explicou que cada vez que havia um evento na Unicamp faziam um plano  
11 de segurança para que o evento não tivesse problemas, e a análise de risco, que achava  
12 particularmente interessante o trabalho que faziam de analisar cada unidade, cada órgão e fazer  
13 propostas de melhoria do edifício e dos vários problemas que eram identificados. Começaram a  
14 fazer aquilo desde 2019 de uma forma mais sistemática, que tinha uma lista de espera, porque  
15 era preciso fazer visita etc. Também considerava muito interessante a criação do Conselho de  
16 Vivência Universitária, com certificação regimental, que se reunia a cada mês, e pretendia fazer  
17 um trabalho de criação e promoção de grandes projetos. Era difícil, ainda estava no início, mas já  
18 tinham alguns projetos interessantes que foram gestados no conselho e começariam a ganhar  
19 corpo. Tinham vinte e sete órgãos e unidades representados no conselho, inclusive com  
20 participação de todas as representações estudantis, o que lhe parecia que tinha sido muito  
21 importante trabalhar diretamente com os estudantes e as estudantes, o que antes também era  
22 uma espécie de tabu na segurança, que os estudantes eram o perigo, a desconfiança geral e  
23 assim, também tinham estado a quebrar aqueles entendimentos. Destacou dois projetos, um que  
24 era o urbanismo tático das ruas completas, em andamento, mas também com algumas  
25 dificuldades, e a parte das dificuldades era própria das instituições, infelizmente, mas era um  
26 projeto bonito de promover a ideia da ocupação do espaço público e tinha tudo a ver com  
27 vivência, e outra questão da vivência fundamental que era a questão da integração, de melhoria  
28 da qualidade de vida e de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados. Era um  
29 projeto que tinham com muito carinho e que estaria a começar a alargar para as unidades, como,  
30 por exemplo, o Instituto de Economia, uma das unidades mais presentes e estariam a começar a  
31 trabalhar de uma forma a fazer vários níveis de pesquisa e intervenção. Conseguiram um projeto  
32 de extensão, que apresentava bastantes resultados. Como quase não tinham efetivos, a gestão  
33 tinha de ocupar de tudo aquilo, e, às vezes, era um pouco pesado. Então, se perguntou por que  
34 não mudar o paradigma de segurança universitária, se a própria universidade estaria mudando.

1 Disse que a pergunta foi como se manter um registro de segurança institucional, como se era  
2 chamado nas universidades federais, ou seja, basicamente a segurança à instituição e não à  
3 comunidade, e alterariam aquele conceito. A ideia, com o apoio da Reitoria, era de que a  
4 segurança universitária fosse comunitária e pela preservação dos direitos humanos, ela não seria  
5 mais uma segurança institucional. Se ela estava a serviço da prefeitura, naquele momento, ela  
6 teria aquela incumbência de se fazer a governança de tudo o que ocorria no espaço público.  
7 Dentro das unidades seria diferente, a SVC não entraria nas unidades, e aquilo era importante  
8 salientar, teria de ser as unidades a encontrar os seus próprios recursos, apenas fariam as rondas  
9 em toda dimensão pública. Era aquela ideia que já se falou da gestão interdisciplinar combinada e  
10 solidificar uma imagem coesa da segurança como orientação estratégica, mas também com um  
11 aspecto fundamental que achava que tinha muito a ver com a formação em Ciências Humanas,  
12 das ações permanentes e coerentes, não importava muito ter um grande plano estratégico se  
13 depois, na prática, não atuaria. Aquela era a ideia de construção coletiva também atraindo para a  
14 instituição todas as preocupações do estudante, aliás, o projeto de vivência, aquele projeto da  
15 integração dos terceirizados nasceu precisamente de uma reivindicação estudantil, uns anos  
16 atrás, quando juntamente com os estudantes fizeram aquele projeto. Disse que podiam ver que  
17 havia possibilidade de trabalho de política em cima de protesto, que não era preciso ficar parado.  
18 A ideia era que aquele modelo pudesse se consolidar e até interferir, intervir, influenciar outros  
19 modelos de segurança universitária no país. Citou como exemplo, que iriam ter uma delegação,  
20 da Universidade Estadual do Ceará, que iria pedir uma reunião ao reitor, que seguiriam o modelo  
21 da Unicamp. Disse que também já foi contatada para começarem a trabalhar juntos. Tinham um  
22 caminho pela frente interessante para consolidar uma segurança com direitos humanos nas  
23 universidades públicas do país. Mostrou um item já conhecido, o botão do pânico, de a escolta à  
24 noite, um serviço permanente. Era importante porque tinham áreas muitas ermas e escuras. Tinha  
25 a ambulância, que era o atendimento voltado para emergências, que funcionava  
26 permanentemente, e era importante a divulgação para que fosse acionada quando tivesse alguma  
27 ocorrência, e não precisaria esperar pelo SAMU. Comentou sobre o achado e perdidos, quando  
28 as pessoas perdiam alguma coisa importante e muitas vezes conseguiam resgatar. Disse que  
29 teve um momento após a pandemia que houve uma comoção geral de que havia muitas notícias  
30 de furtos no entorno da Unicamp, e fizeram uma campanha com o comércio local, com o apoio do  
31 CONSEG, e distribuíram pelas ruas muitas propostas de autopreservação mínima, para conseguir  
32 pelo menos dirimir um pouco aqueles ataques externos que poderiam acontecer. Disse que  
33 ocupar o espaço público era o principal, não poderia ser uma secretaria de vivência que não  
34 promovesse a ocupação do espaço público, que, aliás, aquele era o paradigma número um,

1 ocupar o espaço público, estacionar em lugares visíveis, não deixar coisas dentro dos carros, os  
2 ciclistas também teriam uma certa atenção, porque nas universidades muitas vezes as bicicletas  
3 era o elemento mais furtado, também ter cuidado com seus objetos pessoais. Aquele contato era  
4 para qualquer coisa e tinham uma equipe muito disponível, com seis supervisores, no período de  
5 manhã, tarde e noite, que eram muito presentes e motivados. Agradeceu. A **Sra. Presidente**  
6 agradeceu a Profa. Suzana e disse que a palavra estava aberta. O conselheiro **Prof. Orlando**  
7 **Luiz Goulart Peres** disse que gostaria de entender a análise de risco patrimonial. Perguntou se a  
8 unidade que solicitava ou se tinha uma fila já em andamento. A **Profa. Susana Soares Branco**  
9 **Durão** respondeu que, em geral, a unidade pedia se ela identificasse que tinha algum problema  
10 de segurança ou infraestrutura ou se aconteceram furtos. Não havia nenhuma diretiva da Reitoria  
11 para dizer que todo mundo precisaria passar por uma análise. Era mais uma requisição da própria  
12 unidade. A **Sra. Presidente** disse que achava bom que aquela política estava tendo ramificações  
13 e estava sendo buscada por outras universidades, ou seja, tinha uma taxa de sucesso boa, da  
14 ideia de vivência, que a Secretaria de Vivência trazia para a universidade. Disse que a  
15 universidade sempre foi um lugar muito aberto, que era pública, exposta e não adiantava imaginar  
16 que a polícia não iria entrar, porque ela também era a sociedade, mas seria interessante saber  
17 qual era o papel da secretaria para os eventos que sabiam que ocorriam na universidade, na  
18 moradia, dos furtos e delitos graves, como estupro, violência, que quando mais complicados,  
19 imediatamente, pensavam em chamar a própria polícia e não fazer a chamada da secretaria.  
20 Disse que os delitos poderiam ser amplos, desde o professor berrar com uma pessoa, bater na  
21 porta, chutar, mas naquele caso estava falando das questões mais graves. A **Profa. Susana**  
22 **Soares Branco Durão** agradeceu e respondeu que em geral sempre ficavam sabendo dos  
23 eventos. Disse que as pessoas poderiam pedir auxílio direto à polícia ou à SVC, que muitas vezes  
24 não pediam imediatamente à Secretaria. Comentou que acontecia muito de a vigilância ser  
25 acionada e depois a polícia, ou vice-versa. Disse que quando a polícia era acionada, em geral,  
26 também ficavam sabendo imediatamente, e já faziam o registro da ocorrência, que também foi  
27 uma política que implantaram, do hábito de escrever e deixar tudo transparente. Explicou que  
28 quando eram questões de estupro, que já tiveram vários, acionavam o SAVs, que estava em  
29 contato direto com a Ana Maria e faziam o acompanhamento de perto. Citou como exemplo que  
30 em um dos casos de estupro, ou tentativa de estupro, em que fez o acompanhamento todo e o  
31 relatório, porque era um feriado e não tinha ninguém no *campus*, que o SAVs tinha horário  
32 executivo e a SVC trabalhava 24 horas. Faziam o acompanhamento, esperavam a polícia emitir o  
33 boletim de ocorrência, medida de ordem de afastamento, para que a pessoa não se aproximasse.  
34 Sabiam que a polícia demorava um pouco a fazer aquilo em caso de estupro ou tentativa, mas

1 colocavam um vigilante em permanência, mas com cuidado, porque tudo era negociado com  
2 cuidado para o caso de a pessoa não querer ser exposta, não ser vista sendo protegida pela  
3 segurança. Naquele caso, faziam um trabalho à distância, com cuidado, com rondas mais  
4 ocasionais, para a pessoa não ser identificada pelos moradores, estando a passar por aquele  
5 processo, porque havia vários níveis. Muitas vezes as pessoas que foram violentadas não  
6 queriam mais violência. Conversavam, faziam uma outra investigação, averiguavam um  
7 pouquinho mais, porque não tinha competência de polícia, então, tinham de ter sempre muito  
8 cuidado porque não tinham uma proteção legal, jurídica, mas o faziam no sentido de informar a  
9 instituição. Disse que eram casos muito variados, dependendo do nível de violência implicado,  
10 que já tiveram tentativas de suicídio e, assim, ao vivo, era muito complicado, de cima de prédio,  
11 que tiveram de ir com os bombeiros, o SAMU, com vários negociadores da polícia. Disse que  
12 achava muito importante que a SVC conseguiu entrar num nível de profissionalismo, que não  
13 gostava muito daquela palavra porque ela era meio ambígua, mas, dizendo, num nível de  
14 competência, até de reconhecimento das próprias polícias que elas confiavam na universidade, no  
15 sentido de se repassarem informações, quando consideravam que era partilhável. Disse que já  
16 receberam algumas indicações positivas, no sentido de valorizar aquele canal de transparência,  
17 porque antes não era assim, era muito obscuro, dependia de contatos pessoais na polícia, e não  
18 trabalhavam mais daquela forma, não consideravam aquilo bom. E aquele foi um trabalho difícil,  
19 feito desde o início, demorado, porque havia uma cultura, sendo honesta, de certa forma  
20 militarista, muito masculinizada, agressiva, porque as pessoas da segurança tendiam a ser, como  
21 se viu no país, bastante seguras dos seus valores, para não dizer agressivas, muito reacionárias,  
22 no sentido de reação, e ali não era diferente. Acreditava que o fato de ser uma mulher a  
23 coordenar a segurança criou complicações, criou muito rumor, muitos problemas, muita  
24 dificuldade, mas achava que, ao longo do tempo, e a pandemia foi interessante no caso deles,  
25 porque como houve uma contenção de pessoas, puderam fazer um trabalho interno muito grande  
26 durante a pandemia, aproveitaram para colocar em ordem o trabalho orgânico, que no corre-corre  
27 do dia a dia não teriam conseguido. Fizeram muitas *lives* e muitos dos funcionários e dos  
28 terceirizados perceberam que estavam expondo o modelo em vários órgãos de segurança pública  
29 e privada de São Paulo e iam entendendo o que estavam em jogo e as coisas começaram a ficar  
30 mais claras. Foi interessante e não sabia que tinha aquele efeito, que um dia percebeu quando  
31 eles vieram falar com ela e com o Anderson e disseram que entenderam o que estavam querendo  
32 fazer na universidade, porque começaram a ver as *lives*. Disse que era muito interessante e  
33 produtivo, mas não estava ainda solidificado, precisava de mais uns anos ainda, não muitos. O  
34 conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres** disse que não sabia como falar, mas queria

1 registrar que era uma coisa que já o preocupou, se encontrasse alguma pessoa da comunidade  
2 da Unicamp armada e perguntou o que faria naquela situação. A **Profa. Susana Soares Branco**  
3 **Durão** respondeu que aquela era uma bela questão. Disse que a ninguém nunca tinha ocorrido  
4 que aquilo pudesse ser uma realidade, mas era verdade. Em princípio, era bom fazer um aviso  
5 para a SVC, que estavam sempre a receber avisos de toda ordem, e por coisas muito pouco  
6 importantes às vezes, mas aquela era uma muito importante. Convinha avisar e faziam, de  
7 imediato, uma averiguação para saber o que estava a acontecer e, provavelmente, avisar as  
8 autoridades, e fazer uma série de procedimentos. Teriam de ver tudo o que estava envolvido.  
9 Comentou que já tiveram alguns casos graves até de violência entre os próprios trabalhadores,  
10 por vinganças. Tinha um universo pesado das relações, e, de fato, poderia acontecer de alguém  
11 que viesse com a intenção de fazer alguma coisa, e, era gravíssimo. Em geral era o que  
12 acontecia, não havia propriamente uma pessoa que viesse armada, por exemplo, um aluno ou  
13 aluna para exhibir a arma, daquilo não tinham conhecimento, mas alguém que viesse para atingir  
14 outra pessoa, aquilo já tinha acontecido, com arma branca, e quem sabia, poderia acontecer com  
15 outras armas. Então, de fato, aquele era alerta vermelho, era o alerta máximo. A **Sra. Presidente**  
16 disse que, de fato, achava que a pergunta do Prof. Orlando era importante, porque a sociedade  
17 brasileira ficou muito violenta, e não estavam fora dela. Embora a universidade fosse considerada  
18 um terreno à parte para muita coisa, não seria para aquilo, se tivesse de ocorrer. Não via muita  
19 saída que não chamar a autoridade, porque, afinal, a Secretaria de Vivência não tinha poder de  
20 polícia, como a Profa. Susana tinha comentado. Esperava que aquilo nunca acontecesse, mas  
21 não via por que nunca poderia acontecer, porque estavam expostos a tudo. Mesmo com  
22 componentes da comunidade aquilo poderia acontecer. Não imaginavam que fossem dez mil  
23 pessoas homogêneas, todas pensando na direção pacífica das coisas. Sempre poderia ocorrer e  
24 achava que era bom saber que tinha de informar, mas não era ali que iriam resolver. A **Profa.**  
25 **Susana Soares Branco Durão** respondeu afirmativamente e disse que tinha o princípio  
26 organizador de uma universidade pela não violência. Todas as formações da EDUCORP e  
27 promoção da Diretoria de Direitos Humanos iam naquele sentido, tinham como princípio não  
28 autorizar formas de interação da violência na Unicamp. Portanto, estavam sempre atentos a  
29 qualquer forma de assédio, moral, sexual, e já tiveram casos gravíssimos de assédio sexual, que  
30 já teve de ser resolvido de forma complexa, mas nunca fechar os olhos. Aquela era a questão,  
31 porque, talvez a sociedade já estivesse violenta, mas, naquele momento, ela estava performática,  
32 estava a performar a sua violência, ela gostava de exhibir, enfim, elementos da sociedade que  
33 gostavam de se exhibir violentos. Comentou que aconteceram no Bar do Ademir formas de  
34 violência racista, com tiros para o ar. E aqueles fatos eles acompanhavam de perto com a polícia.



1 Infelizmente, nem sempre a polícia era tão acessível, embora o canal estivesse aberto e houvesse  
2 confiança e uma sensação de que estavam a fazer um trabalho legítimo e muitas vezes não  
3 sabiam exatamente com que polícias lidavam, infelizmente, as coisas não eram simples, estavam  
4 envolvidas, mas tinham de confiar nas instituições. Disse que a pergunta era super pertinente e a  
5 fazia pensar em como era que iriam trabalhar aquilo. A **Sra. Presidente** passou a palavra para o  
6 Prof. Aurélio. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira** cumprimentou os presentes e  
7 disse que queria perguntar sobre a estatística. A **Profa. Susana Soares Branco Durão**  
8 respondeu afirmativamente que faziam todo mês e todo ano. Disse que não tinha trazido os  
9 dados, porque era uma coisa mais de modelo, mas poderiam dizer que, em concreto, não tinham  
10 tido muitas taxas de furto, roubo, nem de violência. As coisas estavam surpreendentemente  
11 calmas. Explicou que surpreendentemente, porque tinha uma altura em que havia muitos furtos de  
12 bicicleta e se identificou uma pessoa que furtava consistentemente, foi detida e teve uma quebra  
13 abrupta. O que os levava a crer que, em geral, os incidentes quando ocorriam não eram com  
14 muita gente a cometer crimes. Disse que era ao contrário do que às vezes era a promoção dos  
15 pânicos morais na sociedade, que estavam cheios de criminosos, cheios de bandidos, pelo  
16 conhecimento empírico que tinham, levava no sentido contrário, que em geral, eram poucos a  
17 fazer muita coisa. Disse que aquilo também os permitia trabalhar com uma certa direção e ajudar  
18 a polícia, quando era preciso, tirando a questão do trânsito, que era uma questão mais de  
19 desavenças. Citou, por exemplo, que que acontecia também furto de cabo de cobre, porque teve  
20 um grupo que identificou que havia cobre na Unicamp e começou a ser furtado. Disse que o  
21 sistema de vigilância eletrônica estava a ser remodelado, mas, como todos sabiam, pela lei das  
22 licitações, demorava muito tempo e estavam num processo de corrida contra o tempo para  
23 conseguir dirimir aqueles fatos que aconteciam. O maior receio era realmente a segurança  
24 patrimonial, naquele momento, porque achava que conseguiam durante o dia resolver questões  
25 de violência mais direta, enfim, mediação de conflitos. O problema era, realmente, furtos de  
26 automóveis, furtos à infraestrutura da universidade, dados que poderiam ser prejudicados, aquele  
27 era o maior medo. E, muitas vezes, era identificado durante a noite, um período um pouco mais  
28 vulnerável em termos de segurança, então, tentavam investir um pouco naquela segurança  
29 noturna e tinham feito um trabalho com a equipe. Disse que até promoveram uma *News Letter*  
30 para os trabalhadores também se sentirem parte integrante do trabalho, porque eles ficavam fora  
31 do horário do expediente e, assim, sentiam-se mais fora do serviço, então, estavam a fazer aquele  
32 trabalho. Disse que outra questão era a precarização do trabalho dos terceirizados que era tão  
33 grande que, à noite, encontravam muitas pessoas que trabalhavam em dupla jornada, então, era  
34 uma questão complicadíssima, mas era algo que transcendia à capacidade de trabalhar.

1 Comentou que entrou no meio da gestão anterior e quando terminou aconteceu um furto de cabos  
2 elétricos e hidrantes, que ficou muita aflita quando foi relatar ao reitor que iria acabar a gestão  
3 com um déficit de R\$20 mil por causa dos cabos, ele a acalmou e disse que não devia se  
4 desesperar, porque para eles era um rombo financeiro, mas para o conjunto da universidade, com  
5 tanta coisa que poderia ter acontecido, estava dentro dos limites, e ficaram relativamente calmos.  
6 Uma coisa que até gostaria de chamar a atenção era a questão das festas não autorizadas, muito  
7 complexa, porque à SVC não cabia a política de terminar com as festas. Seria errado atribuir a um  
8 órgão de segurança política dizer o que o estudante deveria ou não fazer. Tinha um GT que  
9 estaria a trabalhar naquela dimensão e colaborou com algumas ideias para mudar o conceito de  
10 festa, que era um conceito estigmatizado, e talvez fosse interessante mudar os conceitos e  
11 começar a pensar de outra forma. Disse que o GT estava paralisado, que era um assunto  
12 paralisador, muito difícil, porque tinham o Ministério Público a emitir as denúncias e as multas e,  
13 por outro lado, tinha a população estudantil que fazia uma força de massa, e estavam entre a  
14 espada e a parede. A contribuição seria no sentido de apoiar a política da universidade, fosse ela  
15 qual fosse, porque não poderiam ferir a política, ou seja, não teriam de ficar com tropa de choque,  
16 não existia aquilo, assim, pelo menos na sua gestão não iria fazer aquilo, jamais, chamaria a  
17 polícia para mandar todo mundo embora. Eram questões que nem os profissionais mais faziam  
18 aquilo, eles também não acreditavam, e não voltariam a fazer como funcionava antes, com  
19 ameaças. Era uma questão que precisavam trabalhar juntos, de forma transparente, e analisando  
20 as possibilidades e responsabilidades de cada um. A **Sra. Presidente** disse que achava que  
21 aquele talvez fosse um dos pontos mais difíceis, porque era uma pauta da própria cultura dos  
22 alunos, não era nem um privilégio da Unicamp, era meio que ocidental, pelo menos, não havia  
23 uma universidade que não tivesse algum problema, que não beneficiasse a existência de festas e  
24 que tivesse problemas com aquilo. Achava que era uma pauta difícil de tratar, talvez de controlar,  
25 mas não de regular. A **Profa. Susana Soares Branco Durão** concordou. A **Sra. Presidente**  
26 complementou que a regulação do comportamento juvenil era algo que escapava a uma  
27 secretaria de vivência, escapava a uma universidade, mas achava que fosse interessante talvez  
28 ter alguma forma de controle dos potenciais efeitos e até mesmo das próprias causas, talvez sim,  
29 mas de regulamentar achava que aquilo era um esforço inglório. A **Profa. Susana Soares Branco**  
30 **Durão** concordou e disse que dava para entender o que estava acontecendo. Citou como  
31 exemplo, que não eram os estudantes, não era a questão de se reunir, mas a venda de bebidas  
32 ilícitas, de estupefacientes. Não era a questão da festa em si, muitas vezes, tinha toda uma série  
33 de efeitos, mas também não era nenhum horror, assim, porque, de fato, havia até já um  
34 interconhecimento. Com o pessoal da SVC tinha aquela cultura de conversa, de interação, porque

1 era uma questão que parecia tão simples, mas achava tão interessante. Disse que no Brasil  
2 tinham a ideia da abordagem, que era uma questão teórica, porque estudava o tema segurança,  
3 por aquele motivo foi para a secretaria, e a abordagem policial já era tida como uma ação violenta,  
4 o próprio termo já implicava uma certa ação violenta. O que achava interessante era que se  
5 deixou de lado de pensar em toda a questão da interação com os trabalhadores da segurança.  
6 Deixava de lado uma margem imensa de possibilidades de circulação daqueles trabalhadores e  
7 da relação entre eles e as populações, os grupos. Disse que levou aquela reflexão para a SVC, se  
8 comesçassem a pensar a interação e não a abordagem. Pensarem, antes de tudo, em tomar  
9 atenção ao atendimento e começariam a mudar um pouco aquela ideia e as pessoas começariam  
10 a sentir, a conversar e insistir na conversa até a informação ser entendida. Abriu-se uma  
11 possibilidade e o que acontecia nas festas era que os seguranças já eram conhecidos e quando  
12 chegavam já sabiam que era o supervisor e informavam que estavam saindo do espaço. Tinha  
13 todo um entendimento de que, enfim, não eram pessoas que só iriam lá para reprimir, ou para  
14 fazer medo, ou para filmar às escondidas. Antes também havia muito aquela prática de fotografar  
15 os estudantes às escondidas e fazer bancos de dados dos estudantes. Disse que não eram  
16 agentes secretos, era completamente anti-lei da defesa dos dados pessoais, mas foi preciso  
17 educar, porque havia aquela coisa, de quererem fazer um grupo de inteligência. Explicou que não  
18 havia grupo de inteligência, estava tudo partilhado, todo mundo conhecia, mas havia aquela  
19 tentação. Disse que se entusiasmava com o tema. A **Sra. Presidente** agradeceu a Profa. Susana  
20 e passou a palavra para o Prof. Sergio. O conselheiro **Prof. Sergio Bertelli Pflanzler Junior** disse  
21 que teve um caso recente em que precisou chamar o serviço, um caso aparentemente de tráfico  
22 de drogas numa das faculdades, comercialização e depois utilização na Praça da Paz, em frente a  
23 sua unidade. Quando o pessoal da segurança chegou, falaram que nada poderiam fazer.  
24 Perguntou se era aquele o direcionamento que era dado naqueles casos, onde era, pelo menos,  
25 entendido que estava existindo o comércio de drogas na universidade e a utilização na área  
26 pública. Perguntou se a polícia não deveria ser chamada. A **Profa. Susana Soares Branco**  
27 **Durão** respondeu que tiveram algumas informações também naquele sentido, e em relação ao  
28 consumo de estupefacientes a lei brasileira não era muito clara, mas ela tendia a não penalizar o  
29 consumidor, ela penalizava o traficante. Se configurasse consumo, não teriam poder de polícia,  
30 então, não teriam como intervir diretamente. Se configurasse tráfico, aí sim teriam de atuar  
31 chamando a polícia, o 7º DP. Não atuavam diretamente porque não tinham aquela legitimidade.  
32 Comentou que já tiveram uma identificação de uma plantação de maconha na Moradia, que a  
33 polícia foi acionada, foram até o local e desmantelaram a plantação, porque era ilegal plantar, e foi  
34 uma ação acertada e não teve repercussão, como eles puderam ver, não teve denúncia, não teve

1 reivindicação, porque era uma questão de crime. Quando era suspeita, até podiam dizer à polícia,  
2 mas o máximo que se poderia fazer era também fazer uma ocorrência, mas tinha de ter fatos, ter  
3 alguma fatualidade, não podia só ter uma suspeita. E se fosse consumo, nem a polícia iria querer  
4 intervir, porque a polícia não queria ter problemas com consumidores, aquilo era um dado, muito  
5 menos dentro da universidade. Diziam que era enxugar gelo, que estavam cheios de situações  
6 graves para resolver, que não conseguiam atender. Aquela era a orientação, em relação aos  
7 consumidores, não era para os agentes agirem ou, por exemplo, moralizarem. Se estivesse  
8 incomodando poderiam dizer a eles que estavam incomodando, que tiveram uma queixa, que o  
9 professor queria dar aula e pedir para que saíssem daquela área. Não cabia à vigilância moralizar  
10 em cima do consumo de drogas. A vigilância não tinha nenhuma superioridade moral sobre aquilo  
11 e não era por ser na Unicamp, estava a dizer aquilo porque era na sociedade em geral. Nenhum  
12 vigilante patrimonial num shopping deveria abordar alguém que estava a fumar um baseado, não  
13 fazia sentido, não lhe competia. Disse que ele foi contratado para fazer segurança patrimonial,  
14 não tinha uma superioridade moral. A legislação era que iria determinar quais eram os limites. E  
15 não era por querência, era mesmo porque a sociedade evoluiu e ela achava que consumir  
16 estupefacientes não era o problema principal, poderia dizer daquela forma. Ainda estavam longe  
17 daquela discussão no Brasil, infelizmente, mas achava que era uma discussão que um dia iria ser  
18 feita. Disse que aquela era uma orientação, porque tinham problemas graves de preconceito de  
19 diversa ordem. Um dos problemas aparecidos num questionário que fizeram aos agentes sobre  
20 quais eram os principais problemas que os afetavam, por exemplo, era o que fazer com drogados  
21 e o que fazer com gays e lésbicas que estavam a beijar-se na praça pública, e tiveram de ter uma  
22 reeducação daquelas pessoas. Não tinha nenhuma moralidade para fazer nada, simplesmente  
23 não fazia, porque se fizesse, estaria interferindo na vida privada daquelas pessoas e da sua  
24 imagem pública, então, não era para fazer nada. E foi difícil, porque entre dizer às pessoas que  
25 elas não teriam uma superioridade moral e elas não fazerem nada de nada, aí era o problema,  
26 porque elas também eram agentes da ordem pública. Se houvesse alguém que se queixasse eles  
27 também teriam de dizer que estava incomodando e pedir para sair. Havia várias coisas a se fazer,  
28 não era ficar paralisado, mas não era para moralizar, não era para ir dar um chute ou dizer que  
29 era para sair e chamar de vagabundo, que era o outro lado que acontecia. Disse que relatou  
30 aquelas situações para perceberem que eram questões tênues de atuação e por aquele motivo  
31 eles iriam passar por uma formação que era dada pela EDUCORP de atendimento com base nos  
32 direitos humanos. A maior parte dos agentes e dos supervisores da terceirizada iriam passar por  
33 aquela formação para depois multiplicar para nivelar alguns entendimentos, mas muitas das  
34 pessoas sabiam bem qual era o seu trabalho como vigilante da rotina, mas tinham coisas muito

1 graves, como por exemplo, de abuso de autoridade, pessoas ou professores que eram muito  
2 abusivos em autoridade que também precisavam ser chamados à atenção, tinha ali muita gama  
3 de possibilidades. A **Sra. Presidente** agradeceu à Profa. Susana pela exposição e disse que  
4 tinham o seu contato e iriam ficar atentos. Se fosse o caso de contribuir com a SVC, estariam à  
5 disposição. Finalizada a apresentação, disse que iria colocar para aprovação a Ata da  
6 Trecentésima Nonagésima Sexta Reunião da CCPG, realizada em 06/07/2022, que estava  
7 atrasada, fazendo parte ainda do rescaldo de tempo, e que a CCPG e PRPG estavam tentando  
8 dar conta dos atrasos das atas. Era uma ata que tinha a discussão já superada, mas colocaria em  
9 apresentação para eventual análise e possível sugestão. Perguntou se alguém gostaria de se  
10 manifestar. Não havendo, colocou em votação a ata, que foi aprovada com quatro (4) abstenções.  
11 Dando sequência à Ordem do Dia, informou que a mesa não tinha nenhum destaque e perguntou  
12 se alguém gostaria de se manifestar. Não havendo, colocou em votação todos os itens da Pauta,  
13 que foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 1. PROGRAMA DAS**  
14 **ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a) PROC. Nº 19P-**  
15 **32161/2022(d). FE** – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter  
16 eventual”, no Catálogo de 2022: FE196 – Seminário Especial Concentrado I (Etnografias sobre e  
17 com crianças).  
18 turma A. Carga Horária Total: 15 horas (1 crédito). Período: 2º semestre de 2022: 17 a  
19 21/10/2022. Oferecimento: Professora Participante Temporária: Laura Frasco-Zuker (Universidad  
20 Nacional de San Martín, Argentina) - (Deliberação CCPG 112/2022). **b) PROC. Nº 22P-**  
21 **11376/2022(d). IG** – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter  
22 eventual”, no Catálogo de 2022: CT265 – “Alianças Estratégicas em P&D” (em formato on-line).  
23 Turma A. Carga Horária Total: 45 horas (3 créditos). Período: 2º semestre de 2022: 28/11 a  
24 09/12/2022. Oferecimento: Professor Participante Temporário: Dirk Meissner (National Research  
25 University Higher School of Economics, Rússia) - (Deliberação CCPG 113/2022). **ITEM 2.**  
26 **CATÁLOGO DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA DE 2023. PROC. Nº 01P-**  
27 **41409/2022 (d). DAC** - (Deliberação CCPG 114/2022). **ITEM 3. ACORDOS: a) ACORDO**  
28 **ACADÊMICO INTERNACIONAL DE COTUTELA DE DOUTORADO A SER FIRMADO ENTRE A**  
29 **UNICAMP (FEM) E A UNIVERSIDADE DE LISBOA (PORTUGAL), ATRAVÉS DO INSTITUTO**  
30 **SUPERIOR TÉCNICO (IST) – SR. LUÃ MONTEIRO GUIMARÃES NUNES. PROC. Nº 03P-**  
31 **20268/2022. FEM** – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury  
32 (Assessora da PRPG) - (Deliberação CCPG 115/2022). **ITEM 4. RECONHECIMENTO DE**  
33 **DIPLOMAS ESTRANGEIROS. a) PROC. Nº 01P-4312/2019. FE – ROZIANE MARCIA**  
34 **CARDOSO MORAES** – “Máster en Ciencias de la Educación” – Universidad Gran Asunción,

1 (Paraguai) - (Deliberação CCPG 116/2022). Finalizada a Ordem do dia, a **Sra. Presidente** disse  
2 que no expediente tinham alguns assuntos, o primeiro seria um que já tinha sido comentado com  
3 os colegas sobre a avaliação dos programas, e que na segunda-feira anterior era o prazo final de  
4 encaminhamento de eventuais pedidos de reconsideração de notas, e encaminharam alguns para  
5 a CAPES. Disse que iria voltar a mencionar o desempenho bastante positivo que a universidade  
6 tinha, sem contar com a possibilidade ainda de ampliar as boas notas, contando naquele  
7 momento com oitenta e quatro programas e daqueles, 43% com notas 6 e 7. Contava ainda com  
8 os programas nota 5, e alguns programas como os mestrados profissionais que a nota máxima  
9 era 5, tinham 83% dos programas com notas 5, 6 e 7, o que era muito bom, era acima das  
10 estaduais paulistas inclusive e, portanto, numa média nacional bastante positiva. Disse que já  
11 tinha parabenizado os colegas, funcionários e alunos. Não custava dizer que aquilo ainda poderia  
12 melhorar, se as reconsiderações para aumento de nota fossem aceitas. Perguntou se alguém  
13 gostaria de fazer algum informe. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva** disse que seu  
14 curso aumentou a nota, só que há quinze dias foram contemplados pelo edital da PDPG.  
15 Perguntou se aquilo iria influenciar ou se já iriam implementar. A **Sra. Presidente** respondeu que  
16 a CAPES encaminhou um informe dizendo que mesmo os programas que tiveram suas notas  
17 ampliadas poderiam pleitear o edital, continuaria valendo. Perguntou se mais alguém gostaria de  
18 fazer algum informe e passou a palavra para o Prof. Tiago. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker**  
19 **Gireli** disse que tinha um questionamento, mas era a respeito do calendário PED. Comentou que  
20 naquela semana a DAC chamou todos os ATs de graduação, que era quem inseria as disciplinas  
21 no SIGA, e pediram que colocassem sim em todas as disciplinas, como se todas aceitassem PED,  
22 porque estava dando muito pedido de alteração de disciplinas que não queriam PED para sim,  
23 então a orientação era para pôr sim em todas. Acontecia que tinha alguns problemas, primeiro,  
24 que confundia o aluno, porque na hora de entrar no SIGA, mesmo ele tendo olhado o edital, ele  
25 via que a disciplina que ele gostaria de ser PED estava disponível como aceitando PED, ele se  
26 inscrevia naquela disciplina, porque ele entrava no sistema e enxergava as disciplinas, que aquilo  
27 confundia o aluno. Disse que depois gerava transtorno, porque não conseguiam transferir ele de  
28 disciplina, ele caía na lista de espera e só no início do semestre conseguiam alocar ele em outra  
29 disciplina, e o professor teria de colocar o projeto PED correndo, porque não poderia colocar antes  
30 de ter um aluno, e, eventualmente, o aluno perderia o primeiro mês da bolsa, porque como ele foi  
31 realocado só no início do semestre, ele não estava desde o começo, não tinha certeza se tinha  
32 um prazo, mas ele acabava ficando com um mês a menos de bolsa, e gerava bastante prejuízo.  
33 Disse que foi verificar por que tinha tanta troca de não para sim. E no calendário PED, na parte de  
34 decidir as disciplinas que iriam ter PED, estava terminando para o cronograma antes do horário

1 final das disciplinas, antes de a graduação entrar com as disciplinas no sistema da DAC e  
2 acabava gerando aqueles problemas porque decidiam as disciplinas que iriam ter PED antes da  
3 versão final do horário e acabava aparecendo outras disciplinas que queriam pôr PED não iriam  
4 acontecer mais, desistiam ou trocavam por outra e nem consideraram porque não estava no  
5 horário da versão preliminar. Perguntou se o cronograma precisava realmente terminar no começo  
6 de janeiro, sendo que as aulas começariam em março e se poderiam postergar um pouquinho  
7 aquilo para se pegar o horário final da graduação e diminuir aquelas disciplinas que acabavam  
8 aparecendo depois, porque o horário ainda estava aberto e não conseguiam abarcar porque tinha  
9 uma versão preliminar quando decidiram os PEDs. Disse que aquele era um ponto que queria  
10 discutir, se seria possível, porque estava terminando no meio de janeiro todo o processo, sendo  
11 que as aulas só começariam em março. Se deslocassem um pouco o calendário, conseguiriam  
12 esperar a graduação realmente fechar o horário, inserir no sistema e decidir os PEDs com o  
13 horário final da graduação. Sobre o sim e não, para as disciplinas PED, seria melhor tirar o botão  
14 e colocar um aviso para o aluno verificar os editais de PED abertos antes de se inscreverem,  
15 porque senão ele veria a disciplina aberta, como aceita PED, e acabaria se confundindo. Outro  
16 ponto em relação ao cronograma era que se lembrava de terem decidido que iriam poder inserir  
17 novos nomes na lista de espera e o cronograma estava igual ao dos outros anos, então queria  
18 entender um pouquinho como que iriam usar aquele cronograma, porque precisavam abrir novos  
19 editais na unidade para poder ter novos nomes para inserir. Entendeu que iria inserir quando  
20 reabrisse o sistema no começo do semestre, mas não ficou claro para ele onde poderiam abrir  
21 novos editais, se era que poderia, de chamar novos alunos para poder preencher aquelas vagas  
22 remanescentes. Disse que aquilo seria um pouco para tentar arredondar aquela questão do PED  
23 que achou que estava um pouco confusa. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que iria  
24 encaminhar para a comissão PED, porque, no caso, do sim e do não, era uma questão de duas  
25 vias. Se não colocava e queria abrir, não conseguia, e se colocava, confundia o aluno. Teriam de  
26 encontrar um meio termo para não atrapalhar, talvez mudar um pouco o próprio cronograma. No  
27 entanto, sabiam que o pessoal do PED colocava tudo certinho para coincidir com a DAC, para não  
28 ter equívocos no sistema. Achava que teria de estudar um pouco mais para saber como aquilo  
29 poderia ser resolvido. Na questão da lista aberta, da lista de espera, iriam ver o que estava  
30 acontecendo, porque a ideia era deixar mesmo em lista de espera. Disse que no ano anterior,  
31 ampliaram bastante o número de bolsas, e, de repente, algumas disciplinas ou unidades que  
32 pediram, não queriam mais, e não queriam que aquelas bolsas ficassem sem utilização, e  
33 transferiam, mas tinha de ser em lista de espera, porque não poderia inventar o aluno. Disse que  
34 iria passar também para a comissão como que poderiam tornar aquilo mais organizado.

1 Perguntou ao Sr. Fernandy se queria falar sobre o assunto. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza**  
2 respondeu que aquela era uma alteração que havia no sistema e que ainda não tinha sido feita.  
3 Disse que, na verdade, aquela alteração estava com o Prof. Elias e estavam esperando ele  
4 entregar para poder fazer aquela alteração. A **Sra. Presidente** disse que era uma coisa que o  
5 sistema precisava ter definido. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que teriam de  
6 alterar o sistema para aquilo. A **Sra. Presidente** perguntou se ele sabia o prazo para aquela  
7 alteração. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que ainda não tinha sido passado para  
8 a DAC, que parecia que o Prof. Elias estava numa consulta para a PG. A **Sra. Presidente**  
9 agradeceu e perguntou se qualquer que fosse o prazo, se seria possível viabilizar rapidamente. O  
10 **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu afirmativamente. A **Sra. Presidente** agradeceu. O  
11 **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** disse que sobre a fala do Prof. Tiago, que foi feita uma reunião  
12 com a secretaria de graduação, e a orientação foi de que para aceitação de PED havia um  
13 planejamento do semestre. O semestre fechava em novembro, só que, em janeiro, pedia um  
14 monte de coisa para trocar para PED. O que acontecia era que era informado que a disciplina não  
15 precisava de PED e naquele momento passava a precisar. Era uma alteração que dava muito  
16 mais trabalho para a DAC depois, por aquele motivo pediram para colocar sim em todas as  
17 disciplinas. A **Sra. Presidente** respondeu que achava a ideia de colocar sim para todas as  
18 disciplinas era a mais razoável, porque dava flexibilidade para a unidade, para a coordenação de  
19 graduação redefinir um pouco como trabalhar. Teria aquele problema da confusão do aluno, mas  
20 talvez um aviso fosse a solução. Não era um problema muito difícil de se resolver, mas a questão  
21 do calendário iria ver. Agradeceu o Prof. Tiago e perguntou se mais alguém gostaria de se  
22 manifestar e passou a palavra para o Prof. Aurélio. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de**  
23 **Oliveira** disse que era uma questão sobre as defesas de tese, quando ocorriam por  
24 videoconferência, que estava sendo solicitado um documento da coordenação autorizando a  
25 videoconferência. Achava isso redundante, porque no próprio Sistema SIGA já aparecia aquela  
26 informação e o coordenador tinha de atuar concordando com a banca. A sua sugestão era que  
27 não fosse feito aquele documento na hora de confirmar a defesa. A **Sra. Presidente** perguntou se  
28 o regimento solicitava aquele procedimento. A **Sra. Silvana Milanin Mendes** respondeu que a  
29 inclusão do documento foi uma exigência da Procuradoria Geral. Quando mandaram a proposta  
30 de alteração no Regimento Geral, a Dra. Fernanda inseriu a necessidade de um documento  
31 formal de autorização do coordenador da CPG para a realização da defesa de forma remota ou  
32 híbrida. A **Sra. Presidente** respondeu que imaginava que fosse por questões de segurança  
33 jurídica. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira** agradeceu e perguntou se daria  
34 para retirar aquele documento e ser diretamente do SIGA, com a autorização. A **Sra. Presidente**



1 perguntou se seria para fazê-lo no SIGA. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira**  
2 respondeu afirmativamente. A **Sra. Presidente** disse que assim que atuava já virava um  
3 documento. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira** respondeu afirmativamente. A  
4 **Sra. Presidente** disse que teria de ver com o sistema. A **Sra. Silvana Milanin Mendes** disse que  
5 teria de ver com o Sr. Fernandy, da DAC, se teria aquela possibilidade. O **Sr. Fernandy Ewerardy**  
6 **de Souza** respondeu que iria estudar para ver como fazer aquilo. A **Sra. Presidente** disse que era  
7 uma possível demanda, mas, de toda maneira, iria recuperar, que era uma questão de segurança  
8 jurídica para uma defesa daquela natureza. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira**  
9 disse que entendia ser redundante. Se houvesse uma solução automatizada seria melhor. A **Sra.**  
10 **Presidente** respondeu afirmativamente e passou para a Profa. Bárbara. A conselheira **Profa.**  
11 **Bárbara Geraldo de Castro** disse que tinha uma dúvida, se iriam anexar aquele documento só  
12 nos casos em que a CPG tomasse a decisão. A **Sra. Presidente** respondeu que a CPG sempre  
13 tomava a decisão. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** perguntou se não era para  
14 os casos de excepcionalidade. A **Sra. Presidente** respondeu que era para os casos de  
15 composição ou realização por videoconferência. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de**  
16 **Castro** perguntou se a híbrida, pelo regimento, já estaria autorizada, no caso dos dois  
17 participantes externos. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira** respondeu  
18 negativamente, disse que estava falando justamente da híbrida. A **Sra. Presidente** complementou  
19 que era da híbrida, daquilo que não era presencial, tudo era exceção. A conselheira **Profa.**  
20 **Bárbara Geraldo de Castro** disse que estava confusa, porque acabou de dar uma autorização  
21 para uma banca que era excepcional mesmo, que era um aluno que estava morando fora, mas,  
22 em todos os casos, mesmo os que estavam no regimento se era necessário. O conselheiro **Prof.**  
23 **Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira** respondeu afirmativamente, que no regimento mencionava que  
24 se não fosse totalmente presencial, estava precisando daquela autorização. A conselheira **Profa.**  
25 **Bárbara Geraldo de Castro** agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que, segundo a PG, tudo aquilo  
26 que não era completamente presencial, tinha uma exceção, precisava de certa garantia jurídica e  
27 era por aquele motivo que o documento estava sendo solicitado. Disse que aquela segurança  
28 jurídica não era para eles, era para fora, para alguém que pudesse questionar aquela banca que  
29 foi feita com tal pessoa. Ninguém estava duvidando, era uma segurança jurídica para o aluno no  
30 seu diploma, depois de homologada a tese. Disse que era possível que aparecesse no sistema  
31 com rapidez. A **Sra. Silvana Milanin Mendes** disse que o que poderia estar gerando alguma  
32 dúvida era que na versão anterior do regimento já estava previsto as duas formas de  
33 participações, no caso de doutorado, como por videoconferência, e não precisava realmente ter  
34 um documento porque já era previsto no regimento geral. Com a alteração do regimento, caiu

1 aquela previsão e, naquele momento, teria de, mesmo nos casos da defesa híbrida ou totalmente  
2 remota, ter a inclusão de um documento de autorização da CPG para a realização da banca  
3 daquela forma. Disse que estavam recebendo muitos questionamentos sobre os formatos de  
4 documentos, se poderia ser um e-mail ou ofício. Para a PRPG, a orientação era que tivesse um  
5 documento oficial e a CPG que iria determinar o seu formato, um ofício ou um e-mail de  
6 autorização pelo coordenador. A **Sra. Presidente** disse que, de toda maneira, o que estava  
7 gerando confusão era que, antigamente, podiam fazer aquilo sem o documento, e o regimento foi  
8 superado pelas mudanças e, no momento, precisava. Passou a palavra para o Prof. Tiago. O  
9 conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli** disse que queria reforçar um pouquinho aquela questão de  
10 que tentaram criar uma regra para avançar e a Procuradoria Geral retroagiu, que era exatamente  
11 o que foi dito e que aquilo distorcia a decisão da CCPG, porque, realmente, antes quando tinham  
12 até metade dos membros sem ser o presidente, dois no caso do doutorado e um no caso do  
13 mestrado, remotos, aquilo não gerava qualquer excepcionalidade. Naquele momento, se tivesse  
14 um membro externo era uma excepcionalidade. Aquilo era um retrocesso e ia contra o que  
15 decidiram. Queria que a PG levantasse, se possível, e estava fazendo um pedido formal, quantas  
16 bancas antes que tiveram dois membros ou um membro remoto foram questionadas para gerar  
17 todos aquele trabalho para o coordenador em troca de nada. Queria saber da PG quantos  
18 questionamentos tiveram na justiça, porque estava defendendo, naquele momento, tirar o  
19 excepcional do híbrido, que concordaram deixar o excepcional só para o completamente remoto.  
20 Se comparasse com a norma anterior, se tivesse o orientador e o aluno da casa não era  
21 excepcional, então, não via por que a sua CPG assinar. Disse que iria fazer se fosse a decisão,  
22 mas para ele, aquilo distorcia a decisão da CCPG e achava que a PG não poderia legislar por  
23 eles, ela tinha de viabilizar o que decidiram. E, naquele caso, ela estava distorcendo a decisão.  
24 Disse que queria deixar claro a sua posição. Agradeceu. A **Sra. Presidente** respondeu que  
25 certamente iria questionar a PG. Não achava que aquela decisão distorcia, achava que ela  
26 burocratizava. O retrocesso estava na burocratização de algo que não deveria ser necessário. A  
27 distorção não porque continuavam fazendo aquilo que decidiram, mas entendia a manifestação do  
28 Prof. Tiago. Achava que iriam todos naquela direção, de questionar a PG e ver se mudavam  
29 aquilo para algo mais razoável, enquanto conteúdo achava que não distorceu, enquanto prática  
30 sim. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli** disse que concordava com a Profa. Rachel e para  
31 deixar claro que mais de 90% das suas bancas seriam de exceção e teria de passar na sua CPG  
32 como exceção. Achava, como falou naquela época, um absurdo, que tivesse um regime de  
33 exceção que abarcasse 90% ou mais das defesas, que era o ponto que distorcia. A **Sra.**  
34 **Presidente** respondeu afirmativamente e disse que iria questionar a PG novamente. Disse que

1 esperava que não se tivesse nenhuma estatística de questionamento na justiça, porque estariam  
2 com oitocentas teses por ano questionadas. A conselheira **Profa. Rosângela Ballini** disse que  
3 para passar na CPG era só o totalmente remoto. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli**  
4 respondeu que aquele era o problema, que o totalmente remoto concordava perfeitamente que  
5 era uma exceção e teria de passar e gerar o documento. O problema era o híbrido que ficou da  
6 mesma forma. A **Sra. Presidente** disse que constava no art. 40, que elaborada a dissertação, no  
7 mestrado, a comissão examinadora seria composta, no caso do mestrado, por, no mínimo, de três  
8 membros, doutorado, mínimo de cinco. No §7º, na sessão pública de defesa, a participação do  
9 discente, do orientador e dos demais membros da comissão das defesas deveria ocorrer no modo  
10 presencial. A critério da CPG e mediante decisão formal, a sessão pública poderia ocorrer de  
11 modo híbrido e, excepcionalmente, no modo integralmente remoto. Disse que formal era dar  
12 conhecimento à CPG, não era, necessariamente, um ofício. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker**  
13 **Gireli** disse que se fosse modo integralmente remoto, concordava, e perguntou se a PG colocou o  
14 híbrido no meio. A **Sra. Presidente** respondeu negativamente. Disse que o modo híbrido se  
15 destinava aos membros externos e definia que, obrigatoriamente, que aluno e membros internos  
16 estariam na universidade. A CPG poderia, exclusivamente, mediante decisão formal, autorizar a  
17 participação remota. Decisão formal poderia ser um e-mail. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker**  
18 **Gireli** disse que aquele não foi o texto que aprovavam. Tinham decidido tirar o excepcional na  
19 frente do híbrido, que estava achando estranho. A **Sra. Presidente** respondeu que era o texto que  
20 a CEPE aprovou. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli** perguntou se a CEPE mudou o que  
21 tinham decidido, que teriam de checar o que saiu da CCPG, porque tinham tirado o excepcional  
22 do híbrido. A **Sra. Presidente** respondeu que a CEPE não havia alterado nada do texto  
23 encaminhado pela CCPG. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** perguntou se poderia  
24 fazer uma sugestão ou uma consulta de uma possível sugestão. Disse que ficou assustada  
25 porque não estavam adicionando nenhum documento para as bancas híbridas no IFCH, que não  
26 estava entendendo de onde estava vindo aquele entendimento. Estava adicionando o documento  
27 para as bancas 100% remotas. Disse que queria fazer uma sugestão, porque achava que para a  
28 decisão formal, se as unidades quisessem ter uma segurança jurídica, poderiam fazer uma  
29 instrução normativa dizendo que a CPG entendia que as bancas híbridas, no formato que se  
30 estava no regimento, eram autorizadas pela CPG. Achava que aquilo resolveria, que era uma  
31 coisa em cima de outra coisa que já estava regulada, mas, diante da excepcionalidade que estava  
32 no texto, achava que aquilo poderia ajudar a não ficar emitindo parecer de cada banca individual.  
33 A **Sra. Presidente** disse que o Prof. Aurélio estava sugerindo naquela direção era que fosse  
34 entendido como decisão formal a atuação do coordenador da pós-graduação no sistema, como

1 decisão formal da CPG. Ninguém fazia uma banca e resolvia como queria. O professor iria propor  
2 a formação da banca e a CPG autorizaria. Ela atuava no sistema em todas as bancas. Passou a  
3 palavra para o Prof. Orlando. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres** disse que tinha  
4 entendido que precisava emitir um documento e incluir na ata da tese. A **Sra. Presidente** disse  
5 que naquele caso era no integralmente remoto. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres**  
6 disse que tinha entendido que em qualquer caso que não fosse presencial tinha de incluir na ata  
7 da tese. A **Sra. Presidente** desculpou-se e disse que se enganou, que tinha acabado de ler que  
8 no híbrido também precisava. Na realização de defesa de forma integralmente remota ou híbrida  
9 deveria constar na ata, acompanhada da decisão da CPG. O conselheiro **Prof. Orlando Luis**  
10 **Goulart Peres** perguntou se seria só um e-mail do coordenador ou precisava ter um documento.  
11 A **Sra. Presidente** respondeu que era dizer como a banca foi realizada e quem esteve presente.  
12 Era um texto, não era um ofício. Citou como exemplo, que na defesa do aluno x foi realizada com  
13 os professores tais e foi feita de maneira híbrida ou de maneira remota. Disse que achava que  
14 naquele aspecto as pessoas eram quem estavam burocratizando, porque constar em ata era o  
15 que faziam o tempo todo, escrever porque aconteceu daquela maneira, era não omitir que a  
16 banca foi feita de forma remota ou híbrida. A **Sra. Silvana Milanin Mendes** respondeu que na  
17 hora da emissão da ata, na frente de cada nome do participante já tinha a possibilidade de colocar  
18 se era por videoconferência. Se não tivesse nada, era porque foi presencial. A partir do momento  
19 que o coordenador da CPG assinava a ata, teoricamente ele já estava dando autorização para  
20 que ela tivesse sido realizada daquela forma. Achava que aquele era um entendimento que,  
21 talvez, aquela decisão formal já estivesse ali. A excepcionalidade do totalmente remoto talvez  
22 fosse a discussão. A **Sra. Presidente** disse que no caso da realização da defesa integralmente  
23 remota deveria ser garantido o princípio da publicidade em consonância com a legislação e tal.  
24 Nada daquilo estava requerendo algum documento. A única coisa era que o presidente da  
25 comissão examinadora, ou seja, o orientador deveria citar os nomes de quem participou naquelas  
26 modalidades. Aquilo tudo era ata. Achava que estavam burocratizando. Passou a palavra para a  
27 Profa. Cláudia. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** cumprimentou os presentes  
28 e disse que a ata era posteriori à defesa. Tinham um mecanismo antes, que não podiam  
29 esquecer, que todas as bancas passavam por aprovação da CPG. A **Sra. Presidente** respondeu  
30 afirmativamente. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que era um  
31 mecanismo anterior de que a CPG estava aprovando a banca e já faziam aquilo normalmente.  
32 Achava que existiam dois momentos, anterior e depois posterior na ata. Não precisava mudar  
33 nada. A **Sra. Presidente** concordou que já faziam tudo aquilo. A conselheira **Profa. Bárbara**  
34 **Geraldo de Castro** perguntou, para confirmar o entendimento, se o documento que a PG exigiu,

1 na verdade, era tudo o que já faziam no sistema. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de**  
2 **Oliveira** disse que trouxe a questão porque a sua secretaria foi orientada a pedir o e-mail. Estava  
3 entendendo que não iria ser mais necessário. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres**  
4 respondeu que foram orientados a fazer aquilo. A **Sra. Silvana Milanin Mendes** respondeu que  
5 estavam passando aquela orientação pela leitura que fizeram do regimento, que a partir do  
6 momento que colocou que tinha de se ter uma decisão formal, que, em algum momento teria de  
7 ter algum documento que o coordenador da CPG autorizou que aquela banca fosse realizada  
8 daquela forma. A **Sra. Presidente** perguntou se o clique no sistema não era uma decisão formal.  
9 Disse que, para tirar as dúvidas, iria perguntar à PG se poderiam considerar aquele a autorização  
10 no sistema como uma decisão formal. Se fosse, seria ótimo, porque o regimento precisava de  
11 uma decisão formal, assim como na ata, que o Coordenador assinava. O **Sr. Fernandy Ewerardy**  
12 **de Souza** disse que quando foi feito o fluxo de teses, já foi justamente com aquela pergunta, se o  
13 clique da aprovação do coordenador era válido e a resposta foi afirmativa. A **Sra. Presidente**  
14 perguntou se era no sistema. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu afirmativamente,  
15 que a aprovação no sistema foi considerada válido pela PG. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse  
16 que iria tirar a dúvida e repassar a informação, porque alguém poderia ficar inseguro ainda, mas  
17 achava que o Sr. Fernandy já tinha atestado a informação de quando o sistema foi formalizado. O  
18 conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres** disse que achava necessário ter aquele  
19 documento, e a partir daquela tarde, iria começar a fazer para todas as defesas futuras. A **Sra.**  
20 **Presidente** recomendou que esperasse ela tirar a dúvida, mas, que de toda maneira, achava que  
21 o Sr. Fernandy já tinha dado a resposta. Após a pandemia estavam assinando tudo pelo clique,  
22 não faria sentido não aceitar a aprovação pelo sistema. Passou a palavra para o Prof. Enelton. O  
23 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** disse que queria verificar se não estava fazendo nada errado.  
24 Perguntou se o coordenador aprovando a banca no sistema, se, mesmo assim, aquela banca teria  
25 de aparecer na reunião da CPG. A **Sra. Presidente** respondeu negativamente. Disse que a CPG  
26 era a pessoa. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** agradeceu e perguntou se a declaração, a  
27 complementação da ata dizendo os membros, valia tanto para o híbrido quanto para o totalmente  
28 remoto. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente, que a informação se os membros da  
29 banca participaram de forma remota deveria ser mencionada na hora de redigir a ata. O  
30 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** agradeceu. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões**  
31 cumprimentou os presentes e disse que estava conversando com o professor sobre aquele  
32 momento de elaboração da instrução normativa, que iria aguardar um pouco para que aquelas  
33 questões fossem dirimidas. A **Sra. Presidente** perguntou do que seria a instrução normativa. O  
34 conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** respondeu que seria da CPG sobre as bancas. A **Sra.**

1 **Presidente** perguntou por que ele iria fazer uma instrução normativa sobre as bancas. O  
2 conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** perguntou se aquela não era a recomendação. A **Sra.**  
3 **Presidente** disse que não seria necessário, que a banca estava definida naquele documento. Não  
4 precisava ter instrução normativa para fazer a banca. Explicou que a dúvida era sobre o que  
5 estava sendo chamado de decisão formal para bancas híbridas e remotas, que era uma dúvida de  
6 várias unidades, e o Sr. Fernandy deu uma informação importantíssima que quando foi feito o  
7 fluxo do sistema a PG autorizou e definiu que aquilo era uma decisão formal da CPG. Disse que  
8 iria tirar a dúvida com a PG se precisava de e-mail ou ofício ou se o clique seria suficiente.  
9 Comentou que vinham de uma cultura totalmente burocrática e a pandemia eliminou muita coisa  
10 burocrática que passou a ser feita de forma eletrônica. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso**  
11 **Simões** perguntou se aparecesse um número bastante grande de solicitações de bancas  
12 integralmente remotas, aquela seria uma decisão única e exclusivamente do coordenador da  
13 CPG. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso**  
14 **Simões** perguntou se precisaria tramitar. A **Sra. Presidente** respondeu negativamente. Disse que  
15 não precisava necessariamente tramitar na reunião da CPG, que quando constava que a CPG  
16 autorizava, era o coordenador da CPG que autorizava. Era claro que ele estava fazendo aquilo  
17 subsidiado pela sua coletividade. A CPG de cada unidade poderia se reunir e decidir que não  
18 poderiam fazer integralmente remoto, e seria uma deliberação interna. Não passava pela PRPG e  
19 aquela era a ideia, de que a autorização para bancas não precisasse passar pela autorização da  
20 PRPG, porque se dava uma ideia de superioridade moral para a PRPG, que não deveria ter, era  
21 atribuição da CPG definir e aprovar. Passou a palavra para a profa. Cláudia. A conselheira **Profa.**  
22 **Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que o Sr. Fernandy já sabia do que se tratava, que tiveram  
23 uma situação na CPG que não sabia dizer se foi recorrente às outras unidades, de uma revista  
24 implicar com o número no e-mail da DAC de um dos alunos, que era o primeiro autor. Eles  
25 queriam um e-mail oficial, não valia do *gmail*, tinha de ser o da instituição. Conversaram com o Sr.  
26 Fernandy e conseguiram que a computação mudasse aquela inicial do aluno. Disse que gostaria  
27 de trazer para discussão, até mesmo como um pedido para a CCPG, que intervisse junto à  
28 computação para que aquilo fosse estendido a todos os alunos. Sabiam que os alunos não  
29 gostavam de usar aquele e-mail da DAC, porque realmente era desagradável falar c234420, era  
30 muito ruim. Sugeriu que eles pudessem escolher, que achava que facilitaria o uso do e-mail por  
31 parte dos alunos. Disse que estava aproveitando o ocorrido para fazer aquele pedido, mas não  
32 achava que aquilo fosse um impeditivo. Quando solicitaram, a resposta do centro de computação  
33 foi de que deveria ser solicitado conforme a necessidade, então iria começar a mandar de  
34 cinquenta em cinquenta nomes para eles, mas achava que se pudessem estender aquilo para

1 toda a comunidade facilitaria a comunicação com os alunos e que eles usassem o e-mail de uma  
2 forma mais institucional. Agradeceu. A **Sra. Presidente** concordou. Disse que achava que daria  
3 um certo trabalho inicial, porque não eram poucos os alunos. Perguntou ao Sr. Fernandy se iria  
4 dar trabalho. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que eles fizeram já alguma  
5 mudança no sistema, era pontual, somente para a FCM. Disse que como estava no google, era  
6 possível fazer para todo mundo. A **Sra. Presidente** perguntou se eles teriam de entrar em contato  
7 com cada aluno para saber qual era a inicial que ele queria ter, se eram suas iniciais. O **Sr.**  
8 **Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que teriam de fazer uma aplicação para o aluno entrar  
9 e alterar o nome que ele queria. Era possível usar um *alias* só para aquilo. A **Sra. Presidente**  
10 disse que teriam de falar com o setor de computação para, eventualmente, fazer uma chamada  
11 para aquela mudança acontecer. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que teria de ser  
12 com o centro de computação porque eles que tinham aquele contato. A **Sra. Presidente**  
13 agradeceu. Passou a palavra para o Prof. Aurélio. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro Leite de**  
14 **Oliveira** disse que era possível fazer localmente, que algumas unidades conseguiam com servidor  
15 próprio, tinha menos conflito de nomes, porque iria aparecer o endereço da unidade. A **Sra.**  
16 **Presidente** disse que não era o dac.unicamp.br, seria o servidor da unidade. O conselheiro **Prof.**  
17 **Luiz Fernando Bittencourt** perguntou se os alunos poderiam escolher e colocar qualquer *alias*. A  
18 **Sra. Presidente** respondeu que seria o nome dele, que ele não iria querer ser chamado de outro  
19 nome. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** respondeu que poderia colocar um nome  
20 que não fosse o dele, algo que ele usava na internet, e talvez não tivesse nenhuma relação com o  
21 nome dele. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior** respondeu que talvez pudesse  
22 dar opções para o aluno, porque às vezes se deparava com a situação de aparecer nomes  
23 coincidentes e poderiam colocar números na frente, e concordou com o Prof. Luiz que iria  
24 aparecer apelido de todos os tipos e complicaria na hora de consultar os alunos. A **Sra.**  
25 **Presidente** respondeu que se fosse centralizado no Centro de Computação, eles o fariam  
26 daquela forma, o sistema daria alternativas, assim como fizeram com o e-mail dos docentes, e  
27 citou como exemplo o seu e-mail, que ficou sem o h, pois já tinha alguém com aquele usuário. O  
28 conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior** sugeriu que disponibilizassem alternativas e o  
29 aluno escolhesse. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt** disse que achava que dar  
30 alternativas era melhor do que deixar aberto para que ele preenchesse o que quisesse. O sistema  
31 poderia oferecer alternativas a partir do nome do aluno. A **Sra. Presidente** agradeceu e perguntou  
32 se mais alguém gostaria de se manifestar. Não havendo, disse que o primeiro informe era sobre o  
33 PROAP, que precisavam gastar os recursos. Disse que a Unicamp tinha rendimentos para serem  
34 aprovados pela CAPES, que a Diretoria Financeira da PRPG informou que eles estavam com

1 dúvidas em aprovar o uso dos rendimentos porque a Unicamp tinha no banco em torno de R\$1,5  
2 milhão de recursos, dos quais, por volta de R\$900 mil ainda estaria para empenhar. Depois de  
3 muita argumentação da Sra. Marli, foi aprovado, condicionando a que se gaste os recursos  
4 existentes, porque não iriam mais liberar a aprovação do uso dos rendimentos se vissem que  
5 ninguém estava gastando os recursos já liberados. Disse que tinham alguns programas que  
6 devolveram recursos, não era somente do PROAP, que foi devolvido integralmente um auxílio  
7 pesquisador. O professor recebeu o cartão, colocou na gaveta, terminou o prazo e devolveu tudo.  
8 Souberam do fato porque para devolver a Sra. Marli precisava saber o valor a ser devolvido para  
9 fazer a G.R.U. A PRPG não tinha como saber se o professor estava gastando os recursos, porque  
10 era um auxílio pesquisador, mas quando foi relatado o ocorrido, ficou bastante preocupada porque  
11 não estavam dando conta de planejar os gastos com as possibilidades que tinham, que não eram  
12 poucas. Disse que não seria o caso de falar quais eram as unidades, mas pediu que fizessem o  
13 planejamento dos gastos, que a CAPES informou que não iria aprovar mais uso de rendimento  
14 algum para a Unicamp, dado que ainda tinham quase R\$ 1 milhão para empenhar. Era muito  
15 recurso, e solicitou novamente para os colegas que utilizassem os recursos do PROAP, assim  
16 como do auxílio pesquisador. A reclamação era que tinham de ir ao banco e disse que ela  
17 também ia, não tinham como escapar, era lamentável que fosse daquela maneira, mas a CAPES  
18 não funcionava com a internet, era uma barreira que não conseguiam transpor naquele momento.  
19 Disse que não queria interferir na dinâmica pessoal de cada coordenador, mas não dava para  
20 terem aquela chamada da CAPES, sendo que reclamavam que não tinham financiamento, que a  
21 política de ciência e tecnologia acabou no país, se não gastavam o recurso. Disse que o seu  
22 temor era que não tivessem mais rendimento aprovado, e não sabiam o que iria acontecer no  
23 futuro do país, com o Ministério da Ciência e Tecnologia ou com o Ministério da Educação, e  
24 poderiam ter problemas maiores do que estavam imaginando. Pediu, por gentileza, que  
25 prestassem atenção naquilo. O conselheiro **Prof. Sérgio Bertelli Pflanzler Junior** disse que  
26 queria fazer um agradecimento formal para a Sra. Marli e dizer o quanto ela era atenciosa, que  
27 estava falando constantemente com ela, que recentemente pegou a coordenação de um  
28 programa e não sabia nada como funcionava aquela questão dos recursos. Comentou que  
29 quando a Profa. Rachel dizia sobre muitas possibilidades, infelizmente, não era verdade, porque  
30 as rubricas restringiam bastante a utilização, mas não tinha relação com a PRPG, era uma  
31 questão da CAPES. Disse que queria deixar o registro de agradecimento à PRPG e,  
32 principalmente, à Sra. Marli, por cuidar e incentivar a utilização daquele recurso. Agradeceu. A  
33 **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Sergio e agradeceu à Sra. Marli, porque tinham tido  
34 demandas de algumas unidades que estavam com dificuldades grandes dos seus setores



1 financeiros de fazer o gasto dentro do prazo. A PRPG não tinha como ajudar muito, porque era  
2 uma Pró-Reitoria enxuta de funcionários, mas a Sra. Marli se desdobrava em muitas, quando  
3 necessário, para fazer os apoios locais, como o próprio Prof. Sergio mencionou. O conselheiro  
4 **Prof. Renato Barroso da Silva** disse que fazia coro ao Prof. Sergio e agradeceu à Sra. Marli e à  
5 Sra. Cristina. Perguntou à Sra. Marli sobre o prazo para o remanejamento que pediram  
6 recentemente. A **Sra. Marli Padovan de Souza** respondeu que demorava de trinta a quarenta  
7 dias e informaria as unidades. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** perguntou à  
8 Sra. Marli se as trocas do convênio que faziam entre os programas, inclusive com a PRPG,  
9 também seriam factíveis para o cartão pesquisador. A **Sra. Marli Padovan de Souza** respondeu  
10 que não era possível. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** perguntou se não  
11 poderia nem pagar um artigo de um aluno de um outro programa. A **Sra. Presidente** respondeu  
12 que seria um acordo interno, não era um remanejamento. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna**  
13 **Maurer Morelli** disse que, naquele caso, seria a solidariedade entre os programas. A **Sra.**  
14 **Presidente** respondeu que era possível gastar, fazer as trocas, mas as pessoas teriam de  
15 conversar, mesmo que alguns colegas não gostassem muito. A conselheira **Profa. Cláudia**  
16 **Vianna Maurer Morelli** disse que alguns colegas tinham receio ou ficavam aguardando porque  
17 poderia ser que usassem, mas chegava no último dia e não usavam. A **Sra. Presidente** disse que  
18 no caso da devolução do auxílio, foi um cartão que recebeu R\$189 mil e foi devolvido R\$189 mil,  
19 não poderiam deixar aquilo acontecer, era muito recurso não utilizado. A conselheira **Profa.**  
20 **Cláudia Vianna Maurer Morelli** agradeceu a Sra. Marli. A **Sra. Presidente** destacou Sra. Marli  
21 pelo empenho e desdobramento às unidades. A conselheira **Heloisa Helena Pimenta Rocha**  
22 disse que o agradecimento a Sra. Marli poderia ser unânime. A **Sra. Presidente** confirmou  
23 pedindo uma salva de palmas. Passou para o segundo ponto. Mencionou que a PRPG iria lançar  
24 o edital Prêmio Tese Destaque 2022, como já havia mencionado a algum tempo na CCPG, mas  
25 para aquilo foi necessário solicitar a formalização através de uma resolução da reitoria e passar  
26 pelas instâncias como PG e CONSU. Disse que a PRPG queria que fosse um prêmio anual e que  
27 o orçamento para aquele fim seria à parte do orçamento da PRPG, e para aquele ano tinham o  
28 recurso no orçamento. O prêmio seria para melhor tese e contemplaria as quatro áreas de  
29 conhecimento da Unicamp – área de humanas e artes, exatas, tecnológicas e biológicas. O edital  
30 estava sendo finalizado e logo seria divulgado. O procedimento seria cada programa encaminhar  
31 uma tese selecionada internamente. A PRPG faria quatro bancas diferentes, contendo pessoas  
32 internas e externas à universidade. No caso de 2022, seriam as teses defendidas e homologadas  
33 de 02 de janeiro a 23 de dezembro de 2022. No ano seguinte fariam uma nova rodada do prêmio.  
34 A ideia de premiar os alunos ficou ainda mais reforçada com o desempenho positivo da pós-

1 graduação. O prêmio seria da melhor tese e uma de menção honrosa, se a banca considerasse.  
2 O prêmio seria de R\$5 mil, a menção honrosa seria de R\$3 mil para os alunos selecionados. Com  
3 a resolução definida a PRPG iria divulgar o edital, que provavelmente aconteceria na semana  
4 seguinte. Disse que os dois últimos pontos do Expediente eram apenas informações. O GT de  
5 Cotas Étnico-Raciais encaminhou para os coordenadores um pedido de discussão interna. Até  
6 aquele momento tiveram o retorno de 24 programas, faltavam ainda sessenta e o prazo final seria  
7 em 05 de novembro. O GT Avaliação da Pós-Graduação também encaminhou aos coordenadores  
8 um pequeno formulário perguntando dados específicos dos seus alunos e o prazo para entrega  
9 estava próximo, 19 de outubro. O Conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres** perguntou se  
10 seria possível estender o prazo do GT de Cotas, com a justificativa que se tratava de uma  
11 discussão longa e que ainda não estava madura. **A Sra. Presidente** respondeu afirmativamente,  
12 uma vez que o objetivo era de que fossem feitas as discussões de forma mais profunda nas  
13 unidades. Disse que o objetivo de fato seria que com as devolutivas fosse normatizado o processo  
14 através de uma resolução da universidade que encaminhasse para a possibilidade de implantação  
15 das ações afirmativas nos programas. O Conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres** disse  
16 que fez um perfil dos estudantes da pós-graduação. **A Sra. Presidente** perguntou qual era o  
17 perfil. O Conselheiro **Orlando Luis Goulart Peres** respondeu que eram 70% branco, 65%  
18 homens, e tinha alguns que não declararam a cor. Alguém levantou a questão de que só tinha  
19 duas opções para homem ou mulher. **A Sra. Presidente** perguntou para o Fernandy como  
20 funcionava na DAC. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que se trata de gênero e  
21 estava sendo discutido com a Diretoria de Direitos Humanos para ser colocado no cadastro do  
22 aluno e na ficha de inscrição. **A Sra. Presidente** agradeceu ao Sr. Fernandy e disse que iria  
23 conversar com o GT para ampliação do prazo de 05 de novembro para entrega do formulário,  
24 talvez mais algumas semanas, o que não pode ultrapassar muito o prazo e passou para a  
25 Profa Bárbara que trouxe a demanda, perguntando se ela gostaria de falar. **A conselheira Profa.**  
26 **Bárbara Geraldo de Castro** disse que talvez seria uma dúvida coletiva, porque em sua opinião se  
27 tinha dois desafios. O primeiro seria quando os programas comessem a refazer o catálogo para  
28 que se formalizasse as disciplinas integralmente remotas, mas também tinha o desafio do  
29 semestre seguinte que estava em defasagem temporal com a mudança do catálogo. No IFCH  
30 tinham muitos professores colaboradores de outras instituições que eram credenciados aos  
31 programas e que seriam responsáveis pelas disciplinas e iriam solicitar que a disciplina fosse  
32 100% remota. A dúvida era se estar credenciado atenderia a regra da parceria interinstitucional,  
33 como estava no regimento, ou se o fato de estar credenciado não atenderia o regimento. **A Sra.**  
34 **Presidente** respondeu que no inciso I, § 2º, artigo 24, a CPG poderia autorizar o oferecimento de

1 matrícula de disciplinas regulares no modo integralmente remoto, desde que, resultassem a  
2 articulação de programas de pós-graduação a outras instituições, ou rede de pesquisa nacionais  
3 ou internacionais, não somente de convênios assinados, de acordos assinados da Unicamp,  
4 senão estariam limitando muito. Um professor, por exemplo, da Federal de Minas e credenciado  
5 na Unicamp, se enquadraria como articulação institucional, se for apenas um convidado não,  
6 porque faria uma disciplina especial. As disciplinas regulares poderiam ser integralmente remotas,  
7 desde que, se atendessem os critérios de pertencer a instituição externa e estar credenciado na  
8 pós-graduação da Unicamp. Destacou que o fato de ser credenciado não o tornaria servidor da  
9 Unicamp, não seria membro interno. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** disse que nesses  
10 casos, seria necessário mudar no catálogo a disciplina previamente porque em cima da hora não  
11 conseguiria, o correto seria mudança de catálogo. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de**  
12 **Castro** disse que no ano seguinte continuariam operando sem a mudança no catálogo, ou seja,  
13 nos dois próximos semestres. A **Profa. Simone Aparecida Vieira** perguntou se qualquer  
14 disciplina poderia ser oferecida no formato remoto, se teria de estar no catálogo inscrita como  
15 remota. A **Sra. Presidente** respondeu que seria para disciplina regular, não para as disciplinas  
16 especiais. Disciplina especial seria aquela que teria um tempo menor, que poderia ser aberta num  
17 momento específico a qualquer do semestre. O que o Sr. Fernandy chamou à atenção seria para  
18 a disciplina que iria virar remota ou virar uma disciplina com a possibilidade de ser remota. Seria  
19 necessário abrir a possibilidade de ser remota e entraria no catálogo. Seria iniciado naquele  
20 momento para que no próximo ano estivesse pronto para acontecer, motivo aquele que foi  
21 chamada a atenção dos coordenadores e programas para que repensassem nos seus programas,  
22 refizessem seus catálogos para que funcionassem regulado. Queriam abrir toda possibilidade  
23 possível e para aquilo seria necessário que estivessem registradas, estariam entrando na vida  
24 remota, sem perder o espírito da Unicamp que era de se manter o presencial como fundamental,  
25 mas aquilo não inviabilizaria que uma disciplina regular pudesse ser tanto presencial, quanto  
26 remota, mas precisaria constar no catálogo. A **Profa. Simone Aparecida Vieira** perguntou se a  
27 articulação institucional seria somente entre docentes ou se o programa abriria uma disciplina de  
28 forma remota para atender outros programas, como por exemplo, nas iniciativas de solidariedade,  
29 se poderiam incluir uma disciplina naquele formato. Esclareceu que não tinha nenhuma questão  
30 acontecendo, era para fins de conhecimento e planejamento. A **Sra. Presidente** respondeu que  
31 suspeitava que sim, mas o regimento dizia que, articulação institucional era algo que poderia ser  
32 tanto um convênio com uma universidade, uma rede de pesquisa, uma rede de pesquisadores  
33 que resolvessem fazer as trocas com disciplinas com os alunos envolvidos com os programas e o  
34 credenciamento de alguém de fora era uma articulação institucional, só que seria regular se

1 constasse no catálogo, então, o programa teria de sentar e ver o que ele queria fazer de fato,  
2 como fixo, porque estaria na grade do currículo. Aquele seria o esforço dos coordenadores nas  
3 discussões internas para organização do novo regimento. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna**  
4 **Maurer Morelli** aproveitou a fala da Profa Rachel e disse que achou importante o relato, porque  
5 na devolutiva da Capes em relação a avaliação, para alguns programas foi apontado que deveria  
6 ser trabalhado um aumento da solidariedade. Perguntou se poderiam fazer uma disciplina regular  
7 a ser oferecida uma vez por ano, a qual seus alunos pudessem fazer, mas que seria oferecida  
8 para outros programas. A **Sra. Presidente respondeu** que estavam falando de dois regulares. O  
9 regular convencional era aquele com o qual o programa estava desenhado e o aluno que entrasse  
10 na seleção teria aquilo para fazer de regular, obrigatório e/ou eletivo, mas seria o regular. Disse  
11 que ela estava falando do regular 2, que seria sempre oferecida, poderia valer crédito para o  
12 aluno da Unicamp também e estaria valendo crédito para outros. **Profa. Cláudia Vianna Maurer**  
13 **Morelli** respondeu que seria disciplina de formação para outros alunos, porque aquilo estaria  
14 sendo bem-visto pela Capes, se tratava de observação feita em alguns de seus programas, seria  
15 interessante que pudessem ter aquele tipo de disciplina de solidariedade, onde pudessem contar  
16 com outros professores, e que seria necessariamente remota. A **Sra. Presidente** disse que  
17 poderiam mediante justificativa comprovada da presença de alunos ou professores residentes no  
18 exterior e que respondessem às especificidades da iniciativa de internacionalização que deveriam  
19 constar do planejamento. Falou que achou interessante que não constou o nacional, deveria estar  
20 anteriormente ou posteriormente. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que  
21 naquele caso, os alunos não seriam da Unicamp. Lembrou que também teriam a figura do  
22 cadastrado formalmente, que não seria só o professor credenciado, que poderia ser somente para  
23 dar aquela disciplina. A **Sra. Presidente** perguntou se estaria cadastrado formalmente. A  
24 conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** respondeu afirmativamente e agradeceu. O  
25 conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli** compartilhou um teste feito com um professor que estava  
26 impossibilitado de comparecer na Unicamp por motivos de saúde e que acabou funcionando bem  
27 com o Educart, onde somente o professor estaria remoto. O professor no híbrido e os alunos na  
28 sala, e o Educart focar no aluno, com zoom, então, realmente, gerou interação, funcionou bem,  
29 mas era o docente que estaria fora da sala de aula. A **Sra. Presidente** disse que poderia  
30 acontecer, por exemplo, com o professor internacional. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli**  
31 concordou e disse que era mais interativo do que os alunos no Meet. A **Sra. Presidente** disse a  
32 ideia era escapar do Meet o máximo possível, pedagogicamente falando não era bom, para  
33 qualquer interação e passou a palavra para o Prof. Pedro. O Conselheiro **Prof. Pedro Maciel**  
34 **Guimarães Junior** disse que seria um pedido de ajuda aos colegas e perguntou como estava

1 funcionando a distribuição de bolsas com relação à exigência da Capes de residir em Campinas.  
2 Não recordava com quem falou na PRPG, somente do retorno, que iriam fazer uma consulta na  
3 Capes para saber se poderia ser Região Metropolitana de Campinas e até o momento não tinha  
4 tido a devolutiva final do seu questionamento. Os funcionários os questionavam quanto a  
5 aplicação da norma, se teria a definição por escrito da Capes. Queria saber como estava sendo a  
6 prática dos colegas. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva** aproveitando a fala do colega  
7 expressou a sua preocupação e disse que no CNPq não tinha aquela exigência de morar em  
8 Campinas ou na região, que a resposta veio através de e-mail enviado. A AT de sua Unidade  
9 informou que o assunto gerou debate entre os secretários também, e estava aproveitando para se  
10 inteirar da situação que o preocupava muito e que gostaria que o assunto se revolvesse. A **Sra.**  
11 **Presidente** disse que no geral, Capes e CNPq, funcionavam da mesma maneira para aquelas  
12 regras, que a PRPG iria verificar se tinha resposta da Capes sobre o assunto e que iriam repassar  
13 para todos. Passou a palavra para o Prof. Sérgio. O **Prof. Sérgio Bertelli Pflanze Junior** disse  
14 que com relação às bolsas foi consultado o Sr. Emerson, especificamente referente ao acúmulo  
15 de bolsa, e teve o retorno de que, de acordo com a norma da Capes, não poderia haver acúmulo  
16 de bolsas, salvo algumas exceções, sendo que a da FUNCAMP não se enquadrava. A resposta  
17 lhe causou estranheza sendo que a FUNCAMP foi positiva, e disse que poderia pagar a bolsa.  
18 Ficou preocupado porque se não podia, estavam fazendo errado no seu programa. Definindo que  
19 sua dúvida tem a ver com bolsas também. A **Sra. Presidente** disse que a Capes era clara sobre  
20 as agências estatais e ela seria clara também, que os auxílios da Unicamp não eram acúmulo de  
21 bolsa. Chamou a atenção de que aquelas coisas teriam de ser chamadas de auxílio os quais se  
22 justificavam por virem do próprio orçamento da Unicamp, não sendo financiado por nenhum órgão  
23 de fomento. Iria perguntar ao Sr. Emerson qual foi a resposta tida da Capes e iria passar para  
24 todos. O **Prof. Sérgio Bertelli Pflanze Junior** agradeceu. O Conselheiro **Prof. Pedro Maciel**  
25 **Guimarães Junior** retomou com sua preocupação de não se ter por escrito da Capes que  
26 aceitariam a Região Metropolitana de Campinas. A questão seria que o funcionário AT estaria  
27 inseguro de aplicar algo que não chegou formalmente pela Capes e perguntou à Profa Rachel da  
28 possibilidade de vir da Capes a informação. O Conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** disse que se  
29 estivesse certo, Limeira não seria Região Metropolitana de Campinas e Piracicaba também não e  
30 se acontecesse de se ter um aluno de Campinas estariam infringindo a norma. A **Sra. Presidente**  
31 disse que no exemplo citado, seria claro que era um campus da Unicamp, tanto Limeira e  
32 Piracicaba, estaria juridicamente amparado o vínculo com a Unicamp. Iriam pedir para a Capes  
33 um documento que facilitaria a compreensão e passou a palavra para o Prof. Orlando. O  
34 Conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres** acompanhando o assunto de acúmulo de bolsas,

1 perguntou do edital do Santander, se o aluno teria de suspender a bolsa quando tivesse de sair do  
2 país. A **Sra. Presidente** respondeu negativamente. O Conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart**  
3 **Peres** perguntou se nenhuma, como Capes, CNPq teria de ser suspensa. A **Sra. Presidente**  
4 respondeu que no caso o aluno estaria recebendo mobilidade, não era uma bolsa de estudo,  
5 então não seria acúmulo de bolsa e passou a palavra para o Prof. João. O Conselheiro **Prof. João**  
6 **Batista Fogagnolo** disse que foi discutido vários problemas, principalmente com relação às  
7 mudanças no regimento da pós-graduação, que não tinha clareza as filigranas do texto. Sugeriu  
8 que tivesse um treinamento das mudanças para o ATUs das unidades, porque eram eles que  
9 auxiliam na atividade. A **Sra. Presidente** respondeu ao Prof. João que não saberia dizer se um  
10 treinamento para compreender o regimento seria necessário. O que poderia ser feito até para se  
11 entender as dúvidas das unidades seria uma reunião com os funcionários das unidades para  
12 apresentação das dúvidas e as muitas respostas possíveis. O Conselheiro **Prof. João Batista**  
13 **Fogagnolo** disse que falou treinamento, mas seria uma reunião para esclarecimento aos  
14 funcionários, agradeceu. A Conselheira **Profa. Heloisa Helena Pimenta Rocha** disse que sua  
15 dúvida seria em relação as disciplinas do ano seguinte, porque iria mexer no catálogo para  
16 vigência em 2024. Perguntou como ficariam as disciplinas remotas, híbridas ou as remotas que  
17 viriam a surgir no primeiro e segundo semestres de 2023, se continuariam submetendo à Pró-  
18 Reitoria. A **Sra. Presidente** respondeu que não teriam uma alternativa. Destacou que ainda  
19 estariam no modo provisório e infelizmente os prazos seriam aqueles. Não foi possível fazer um  
20 regimento novo tão rápido, então seria uma mudança perene que iriam fazer que valeria para  
21 2024, e em 2023 estariam no modo provisório ainda. Perguntou se os colegas teriam mais alguma  
22 manifestação. Disse que a tarefa da PRPG seria de recuperar as respostas da Capes sobre  
23 bolsas e sobre localidade dos alunos, reunião sobre o regimento e a consulta à PG. Passou a  
24 palavra para Profa. Cláudia. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** lembrou sobre  
25 o e-mail dos alunos. **Sra. Presidente** respondeu que iria consultar a PG. A conselheira **Profa.**  
26 **Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que achava que para mudar o e-mail dos alunos não  
27 precisaria perguntar à PG. A **Sra. Presidente** concordou e disse que seria mais trabalho da  
28 computação mesmo e terminou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **402ª**  
**Reunião Ordinária da CCPG**, realizada em 15 de  
fevereiro de 2023.